

do respectivo júri, faz-se público que, no procedimento concursal supra mencionado, aberto pelo Aviso n.º 14508/2009, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 157, de 14 de Agosto de 2009, com a Ref.º n.º 29 foram atribuídos aos concorrentes admitidos e aprovados nos métodos de selecção as seguintes classificações finais:

Nome	Classificação Final
Carla Helena de Almeida Costa Pinhal Reis (a)	15,3
Rita Susana Antunes de Oliveira Frade Cardoso (a)	15,26
Sergio Filipe Cardoso Mouco (a)	14,6
Dulce Cristina Fernandes Ferreira (a)	13
Maria Elisabete Macedo da Cunha e Silva (a)	12,7
Maria Alexandrina do Carmo Madeira (a)	11,94
Maria Adelaide Contente Calado (a)	11,7
Ana Rita Carlota Nunes (a)	11,46
João Gonçalo Ramalho Fialho (a)	11,4
Tânia Marina Felix Rodrigues Carvalho (a)	10,46
Amélia Matilde Alberto Appert Palla (b)	7,2
Ana Margarida do Nascimento Pais Mamede (b)	8,8
Ana Margarida Pereira Cardoso Martins (b)	8,4
Ana Maria Simões da Costa (b)	7,6
Ángela Cristina Alves de Brito (b)	4
Carla Maria de Jesus Pires (b)	9,2
Carlos Magno Marques Guerreiro (b)	8
Catarina Raquel Mendes Cação (b)	7,6
Cristina Maria Santos Gonçalves Lourenço (b)	8,4
Eduardo Miguel Brás Capitão (b)	8
Fernando de Figueiredo Pereira (b)	4
Francisca Margarida Antunes Granja Rosa Vieira (b)	9,3
Gonçalo Afonso de Oliveira Corceiro (b)	8,4
Herminio Manuel Fonseca Marques (b)	8,4
Hugo Filipe Barbosa Modesto (b)	8,4
Inês Coimbra Henriques Matos Fernandes (b)	7,8
Isabel da Conceição dos Santos Carvalho (b)	8,6
João Carlos da Silva Couto (b)	8
Juliana Soraia Fernandes Conceição Pereira (b)	8,4
Leonor Alves Silveiras Santos (b)	4
Maria Cristina de Oliveira Seixas Reves Costa (b)	8,2
Marisa Eliane Martins Miranda (b)	7,6
Miguel Ângelo Vicente de Melo e Sousa (b)	6
Paula Maria Lopes Figueira (b)	7,2
Paulo Jorge da Silva Santos (b)	8,1
Rita Maria Rosado Figueiredo Costa (b)	7,6
Rui Jorge Dias Ferreira (b)	8,9
Rui Pedro Amaro Gomes Serrano (b)	5,2
Sara Marques Serzedelo de Faria (b)	8
Sónia Isabel de Sousa Carneiro (b)	8
Vanda Isabel Antunes de Oliveira Frade (b)	8,8
Vanessa D'almeida Pó Coutinho Moreira (b)	7,9
Vera Lúcia Baeta de Oliveira (b)	8,4
Antonio Dias Duque (c)	8
Sandra Helena Antunes de Oliveira Frade (c)	9
Carla Alexandra Gonçalves Fernandes Rolo (d)	
Lígia Manuela Mascarenhas Fernandes (d)	
Mafalda Alexandra Henriques da Costa Guedes (d)	
Mário Rui Ribeiro de Carvalho (d)	
Paulo Sergio Ribeiro Carreira (d)	

(a) Candidatos Admitidos.

(b) Candidatos excluídos, por no método de avaliação curricular terem obtido classificação inferior a 9,5, conforme dispõe o n.º 13 artigo 18.º da Portaria 83-A, de 22-01-2009.

(c) Candidatos excluídos, por no método de Entrevista Profissional de Selecção terem obtido classificação inferior a 9,5, conforme dispõe o n.º 13 artigo 18.º da Portaria 83-A, de 22-01-2009.

(d) Candidatos excluídos, por não terem comparecido à realização da entrevista profissional de selecção.

A presente lista foi homologada pelo Sr. Director-Geral de Veterinária, em 13 de Janeiro de 2010, tendo sido afixada na Direcção-Geral de Veterinária, e publicitada na página electrónica deste Organismo, bem como notificada aos candidatos nos termos do n.º 5 do artigo 36.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro.

15 de Janeiro de 2010. — A Directora de Serviços de Administração,
Isabel Cordeiro Ferreira

202823906

Direcção Regional de Agricultura e Pescas do Algarve

Despacho n.º 1852/2010

Por despacho de 28 de Julho de 2009, do Director Regional de Agricultura e Pescas do Algarve e com a anuência do Presidente da Autoridade Florestal Nacional, foi autorizada a mobilidade interna na modalidade de mobilidade na categoria ao abrigo do artigo 59.º e seguintes, da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, do técnico superior João Miguel Junqueira Rato Miranda de Távora, para desempenhar funções na Direcção Regional de Agricultura e Pescas do Algarve, pelo período de um ano nos termos do n.º 1 do artigo 63.º da supra citada legislação, com efeitos a partir de 01 de Setembro de 2009.

15 de Janeiro de 2010. — O Director Regional, *Joaquim Castelão Rodrigues*.

202826441

Instituto Nacional de Recursos Biológicos, I. P.

Declaração de rectificação n.º 156/2010

Através do aviso n.º 620/2010, inserto no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 6, de 11 de Janeiro de 2010, foi aberto procedimento concursal comum com vista ao recrutamento de um técnico superior, para constituição de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado, visando o preenchimento de um posto de trabalho na carreira de técnico superior, do mapa de pessoal do INRB, I. P.

Por ter sido publicado com inexactidões, procede-se à respectiva republicação integral:

«Aviso

Procedimento concursal comum com vista ao recrutamento de um técnico superior

1 — Nos termos do n.º 6 do artigo 6.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, e do artigo 19.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro, torna-se público que, pelos despachos n.ºs 1308/2009/SEAP, de 6 de Outubro de 2009, e 737/09/MEF, de 14 de Outubro de 2009, e despacho de 29 de Dezembro de 2009 da presidente do conselho directivo do INRB, I. P., se encontra aberto procedimento concursal comum, pelo prazo de 10 dias úteis a contar da data da publicação do presente aviso no *Diário da República*, para constituição de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado, tendo em vista o preenchimento de um posto de trabalho na carreira e categoria de técnico superior, do mapa de pessoal do INRB, I. P., para exercer funções no Laboratório Nacional de Investigação Veterinária (INRB/LNIV).

O presente procedimento não foi precedido de consulta prévia à entidade centralizada para a constituição de reservas de recrutamento (ECCRC), nos termos do n.º 1 do artigo 4.º e do artigo 54.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro, uma vez que não tendo sido publicitado qualquer procedimento concursal para constituição de reserva de recrutamento, e até à sua publicação, fica temporariamente dispensada a obrigatoriedade da referida consulta.

2 — Legislação aplicável — Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, Decreto Regulamentar n.º 14/2008, de 31 de Julho, Lei n.º 59/2008, de 11 de Setembro, e Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro.

3 — Local de trabalho — INRB, I. P./LNIV, Rua dos Lagidos, Lugar da Madalena, 4485-655, Vairão, Vila do Conde.

4 — Prazo de validade — o procedimento concursal é válido para o preenchimento do posto de trabalho a ocupar, nos termos da alínea a) do artigo 3.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro.

5 — Identificação e caracterização do posto de trabalho — o posto de trabalho a ocupar visa o desempenho de funções inerentes à categoria de técnico superior, tal como descrito no anexo referido no n.º 2 do artigo 49.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro.

6 — Posicionamento remuneratório — nos termos do artigo 55.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, o posicionamento remuneratório do trabalhador que vier a ser recrutado é objecto de negociação e terá lugar imediatamente após o termo do procedimento concursal.

7 — Requisitos de admissão:

7.1 — Os previstos no artigo 8.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro.

7.2 — Nos termos da autorização dos membros do Governo responsáveis pelas Finanças e pela Administração Pública, de acordo com os despachos n.ºs 1308/2009/SEAP, de 6 de Outubro de 2009,